

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO

Exercício de 2021

CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara Municipal de Ielmo Marinho é pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o número 09.394.859/0001-05, tendoa sua sede administrativa situada na Rua José Camilo Bezerra, sn – Centro – Ielmo Marinho/RN.

As atividades operacionais da Prefeitura Municipal de Angicos durante o exercício de 2021 foram amparadas pela Lei Municipal nº 480 de 17 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2021.

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sisitema da empresa TOPDOWN Consultoria Ltda e adequado ao novo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial(BP), Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas. Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2021, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição. O Manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) Nº 877 de dezembro de 2018, que está em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

01. Critério de Apropriação

Foram consideradas como realizadas, as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício de 2021, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

02. Detalhamento da Execução Orçamentária por Tipo de Crédito

Apresentam a execução conforme dispõe a legislação em vigor e de acordo com o art. 43, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

Quanto a codificação das fontes de recursos registradas na execução orçamentária, foi utilizada a tabela padrão vinculada a Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de Fevereiro de 2021; Portaria nº 710 de 25 de fevereiro de 2021; Portaria nº 925 de 08 de julho de 2021; Resolução 028/2020-TCE/RN, Portaria nº 145/2021 GP/TCE-RN.

03. Restos a Pagar

Não houveram despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia do exercício financeiro de 2021.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro está previsto no art. 103 e no anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e as concedidas, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária.

BALANÇO PATRIMONIAL-CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial está previsto no artigo 104 e no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação

01. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regem o assunto, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios da Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

02. Caixa e Equivalente de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais, não haja restrições para uso imediato.

03. Estoques

É importante informar que em virtude da inexistência de Controle de Almoxarifado e Patrimonial, não há informações disponibilizadas para registro contábil até o encerramento do exercício.

04. Imobilizado – Bens Móveis

Quanto a depreciação, por não existir no órgão a gestão do patrimônio, os bens não sofreram, atualização, avaliação ou reavaliação.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO

01. Contexto Operacional

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das atividades operacionais, das atividades de investimentos e das atividades de financiamentos. O resultado final corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro, realizado a regra de integridade.

Julimara Gonçalves Abel da Silva
Contabilista – CRC/RN 008446-O